

DOCUMENTOS INSTRUTÓRIOS

O seu pedido deve ser instruído com os elementos abaixo indicados, em conformidade com o estabelecido na parte I e n.º 18 da parte III do anexo I e anexo II da [Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril](#).

- 1. Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de apresentação do pedido:**
- 1.1. Certidão da Conservatória do Registo Predial** - Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos, ou indicação do código de acesso à certidão permanente do registo predial, e eventuais contratos que demonstrem a legitimidade do requerente; quando omissos, a respetiva certidão negativa do registo predial, acompanhada da caderneta predial onde constem os correspondentes artigos matríciais.
- Mesmo que tenha preenchido o campo “Código da Certidão Predial Permanente” deste formulário, sugere-se a junção da Certidão da Conservatória do Registo Predial (cuja validade é de seis meses), de forma a evitar atrasos na apreciação do pedido, caso o código contenha lapsos no seu preenchimento.*
- 1.1.1.** A área total do prédio mencionada na CCRP, não deverá ser inferior à área real do prédio sob pena de se concluir por falta de legitimidade.
- 1.2.** Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação, sempre que tal comprovação não resulte diretamente do ponto anterior.
- 1.3. Certidão da Conservatória do Registo Comercial** caso o requerente seja uma pessoa coletiva.
- Mesmo que tenha preenchido o campo “Código da Certidão Comercial Permanente” deste formulário, sugere-se a junção da Certidão da Conservatória do Registo Comercial (cuja validade pode ser de um, dois, três ou quatro anos mediante o custo da assinatura que adquiriu), de forma a evitar atrasos na apreciação do pedido caso o código contenha lapsos no seu preenchimento.*
- 2. Declaração de como opta pelo regime de licenciamento**, pese embora a operação urbanística esteja sujeita a comunicação prévia, exercendo assim a faculdade prevista no n.º 6 do artigo 4.º do RJUE, juntando para o efeito:
- 2.1.** Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia (PIP), caso exista e esteja em vigor, ou indicação do n.º do processo camarário de Informação Prévia favorável, acompanhada de declaração dos autores e coordenador dos projetos de que a operação respeita os limites constantes da informação prévia favorável, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 17.º do RJUE;
- 2.2.** Indicação do número do processo camarário correspondente à operação de loteamento aprovada e do respetivo Alvará de Loteamento.
- 3. Termo de responsabilidade subscrito pelo autor do projeto** em conformidade com a parte I do anexo III da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, (considerando a definição disposta no artigo 3.º da Lei n.º 31/2009 de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho)
- 3.1. Comprovativo de inscrição** em associação pública de natureza profissional e da validade da mesma aquando da apresentação do pedido inicial.
- 4. Termo de responsabilidade** subscrito pelo coordenador do projeto em conformidade com a parte II do anexo III, da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril (considerando a definição disposta no artigo 3.º da Lei n.º 31/2009 de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho)
- 4.1. Comprovativo de inscrição** em associação pública de natureza profissional e da validade da mesma aquando da apresentação do pedido inicial.
- 5. Planta topográfica de localização**, fornecida pela CMP, com a delimitação da área objeto da operação e sua área de enquadramento. Esta planta pode ser obtida gratuitamente através dos [Mapas Interativos do Porto](#).



<input type="checkbox"/> 6. Levantamento topográfico , sempre que haja alteração da topografia ou da implantação das construções, à escala de 1:200, ou de 1:500 no caso de loteamentos, devidamente cotado, que identifique o prédio e a respetiva área, assim como o espaço público envolvente (vias, passeios, estacionamento, árvores e infraestruturas ou instalações aí localizadas, incluindo postes, tampas, sinalização e mobiliário urbano), conforme as normas previstas no " Manual de Recomendações e Boas Práticas na elaboração de projetos "
<input type="checkbox"/> 6.1. Levantamento topográfico (DWFx ou PDF/A vetorial georreferenciado).
<input type="checkbox"/> 6.2. Levantamento topográfico editável (DXF ou SHP ou outro formato aberto equivalente), em suporte CD.
<input type="checkbox"/> 6.3. Declaração de habilitação do topógrafo para elaboração do levantamento topográfico.
<input type="checkbox"/> 7. Planta de implantação , desenhada sobre o levantamento topográfico, quando este for exigível, indicando a construção e as áreas impermeabilizadas e os respetivos materiais e, quando houver alterações na via pública, planta dessas alterações.
<input type="checkbox"/> 7.1. Planta de implantação desenhada sobre o levantamento topográfico (DWFx ou PDF/A vetorial georreferenciado).
<input type="checkbox"/> 7.2. Planta de implantação editável desenhada sobre o levantamento topográfico (DXF ou SHP ou outro formato aberto equivalente), em suporte CD.
<input type="checkbox"/> 8. Memória descritiva e justificativa da solução proposta, esclarecendo nomeadamente:
<input type="checkbox"/> 8.1. Área objeto do pedido
<input type="checkbox"/> 8.2. Caracterização da operação urbanística
<input type="checkbox"/> 8.3. Enquadramento da pretensão nos planos territoriais aplicáveis
<input type="checkbox"/> 8.4. Justificação das opções técnicas e da integração urbana e paisagística da operação
<input type="checkbox"/> 8.5. Indicação das condicionantes para um adequado relacionamento formal e funcional com a envolvente, incluindo com a via pública e as infraestruturas ou equipamentos aí existentes
<input type="checkbox"/> 8.6. Programa de utilização das edificações, quando for o caso, incluindo a área a afetar aos diversos usos
<input type="checkbox"/> 8.7. Áreas destinadas a infraestruturas, equipamentos, espaços verdes e outros espaços de utilização coletiva e respetivos arranjos, quando estejam previstas.
<input type="checkbox"/> 9. Estimativa orçamental do custo total da obra.
<input type="checkbox"/> 10. Calendarização da execução dos trabalhos a realizar ou dos trabalhos realizados (em caso de legalização).
<input type="checkbox"/> 11. Ficha estatística do INE (Q2)
<input type="checkbox"/> 11.1. Disponível em http://webinq.ine.pt » Empresas » Pesquisar Inquéritos » SIOU.
<input type="checkbox"/> 12. Pareceres das entidades externas acompanhados do respetivo projeto e/ou documento comprovativo da aprovação do projeto por parte da administração central relativo à operação urbanística apresentada ao município (opcional)
<input type="checkbox"/> 12.1. Entidades que se devam manifestar sobre a operação urbanística, pareceres colhidos ao abrigo do artigo 13º-B do RJUE.
<input type="checkbox"/> 13. Projetos de especialidades necessários à execução dos trabalhos.
<input type="checkbox"/> 14. No âmbito do pedido de apreciação de projeto solicitado a entidade externa pelo requerente:
<input type="checkbox"/> 14.1. Comprovativo do pagamento <i>Infraestruturas de Portugal, S. A. (IP, S.A.)</i> , conforme previsto no número 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 357/2015, de 14 de outubro.
<input type="checkbox"/> 14.2. Comprovativo do pagamento <i>Autoridade Nacional de Proteção Civil</i> , conforme previsto no número 3 do artigo 3.º da Portaria n.º 1054/2009, de 16 de setembro.
<input type="checkbox"/> 15. Projeto de execução dos trabalhos.



16. Justificação da não instrução do pedido com os seguintes elementos obrigatórios, ao abrigo do n.º 5 do artigo 2.º da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril:

16.1. _____

16.2. _____

Caso o técnico responsável entenda que, em face das características da operação urbanística, poderá eventualmente ser desnecessária a apresentação de algum dos elementos atrás referidos, deverá apresentar exposição por escrito justificando essa dispensa com fundamentação de facto e de direito.

17. Outros elementos que o requerente pretenda apresentar:

17.1. _____

17.2. _____

OBSERVAÇÕES

- a) Normas e procedimentos na submissão e apreciação de projetos deverão ser consultados no "[Manual de Recomendações e Boas Práticas na elaboração de projetos](#)".
- b) Com a apresentação dos requerimentos online no Portal do Município usufrua dos benefícios (redução ou isenção do valor das taxas devidas) previstos no Artigo G/20.º do Código Regulamentar do Município do Porto.
- c) [Os formulários](#) e o [Código Regulamentar do Município do Porto](#) podem ser consultados em www.cm-porto.pt » [Portal do Município](#). Para qualquer esclarecimento poderá, ainda, contactar a Linha Porto. através do seguinte número: 220 100 220.